



## Nas entrelinhas

por **Luiz Carlos Azedo**  
luizazedo.df@dabr.com.br



## Militares reagem à CPI

"Ave Caesar, morituri te salutant" ("Salve Cezar, os que vão morrer te saúdam"), o brado célebre dos gladiadores romanos ao serem lançados aos leões parece ser a linha de atuação das testemunhas ligadas ao Ministério da Saúde durante os depoimentos na CPI da Covid do Senado. Mente-se muito nas oitavas. Ontem, o presidente da comissão de inquérito, senador Omar Aziz (PSD-AM), resolveu dar um basta à estratégia do Palácio do Planalto para frustrar os trabalhos do colegiado e erguer um muro de contenção às investigações, de modo que não cheguem ao ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, um general de divisão da ativa, e ao presidente da República.

Na tentativa de intimidar a comissão, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica divulgaram uma nota com duras críticas à atuação da CPI, atribuindo a Aziz ataques às Forças Armadas que não foram feitos. É tentativa de blindagem dos militares da reserva e da ativa que atuaram e ainda atuam no Ministério da Saúde, cujos erros no combate à pandemia e eventuais desvios de conduta estão sendo desnudados pela comissão, inclusive nos casos suspeitos de compra de vacinas superfaturadas, razão das críticas do presidente da CPI.

A nota foi divulgada após Aziz dar voz de prisão ao ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, quando prestava depoimento ao colegiado, porque mentiu aos senadores e cometeu perjúrio: "Não aceito que a CPI vire chacota. Nós temos 527 mil mortos. E os caras brincando de negociar vacina. (...) Ele está preso por mentir, por perjúrio. (...) E todo depoente que estiver aqui que achar que pode brincar, vai ter o mesmo destino dele", disse. Essa é uma prerrogativa constitucional da CPI, mas trata-se de um crime afiançável, pelo qual Dias poderá responder em liberdade.

O ex-diretor de Logística do ministério fora convocado a dar explicações sobre as acusações de ter pedido propina de US\$ 1 por dose, em negociações para aquisição de vacinas e ter pressionado um servidor do ministério a agilizar a aquisição irregular da Covaxin, vacina produzida na Índia. Dias nega as duas acusações.

A estratégia adotada pelo governo na CPI é a mesma que os militares utilizam em tempos de guerra: contrainformação.

Numa comissão de inquérito, mentir é muito perigoso. "Nenhum mentiroso tem uma memória suficientemente boa para ser um mentiroso de êxito", dizia o ex-presidente dos Estados Unidos Abraham Lincoln. Além disso, a mentira precisa de cúmplices, o que gera conflitos de informações e contradições entre depoimentos de testemunhas e investigados. Por isso, o ex-secretário-executivo do Ministério, Elcio Franco, hoje lotado no Palácio do Planalto, deverá ser convocado para novo depoimento.

Coronel da reserva do Exército, Elcio ocupou o cargo na gestão de Pazuello, de junho de 2020 a março de 2021, sendo o responsável pelas negociações com fabricantes para a compra de vacinas contra a covid-19. Desde quando destratou um garçom de seu gabinete, logo após assumir o cargo, o militar se destacou pela arrogância. Nas entrevistas, exibiu um broche com uma faca ensanguentada, símbolo das forças de operações especiais do Exército.

### Gravações

Roberto Dias deixou a impressão de que mentia na CPI para proteger Elcio e outros militares envolvidos na compra de vacinas. Sua prisão ocorreu após a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) mencionar os áudios extraídos do celular do cabo da Polícia Militar mineira Luiz Paulo Domingueti Pereira, vendedor autônomo da Davati Medical Supply, que desmentiam o depoimento do ex-diretor de Logística. O teor das gravações dá a entender que Domingueti havia conversado com Dias antes do encontro de ambos, em 25 de fevereiro, no restaurante Vasto, no Brasília Shopping. A mensagem contradiz a versão do ex-diretor do ministério, de que havia marcado um chope com um amigo, José Ricardo Santana, e o coronel Marcelo Blanco teria aparecido espontaneamente, acompanhado de Domingueti.

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma entrevista na qual Domingueti, suposto representante da empresa norte-americana Davati Medical Supply, afirmou que Dias pediu o acréscimo de US\$ 1 por cada dose de vacina da AstraZeneca. O total de doses prometidas pela Davati alcançaria 400 milhões. Seriam, portanto, US\$ 400 milhões em propina pela autorização do negócio.

No mesmo dia, Dias foi demitido do cargo, para o qual teria sido nomeado por indicação do deputado Ricardo Barros (Progressistas-PR), líder do governo na Câmara. Ex-ministro da Saúde, ele está envolvido na tentativa de compra superfaturada da vacina indiana Covaxin, segundo denúncia do deputado Luiz Miranda (DEM-DF) e seu irmão, Luiz Ricardo Miranda, funcionário de carreira do ministério.

## PODER

Deputado bolsonarista, que incitou a violência contra ministros do STF e defendeu o AI-5, ficará suspenso por 6 meses. Decisão foi tomada ontem pelo Conselho de Ética da Câmara

# Silveira se livra da cassação

» JORGE VASCONCELLOS

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara decidiu, ontem, livrar o deputado bolsonarista Daniel Silveira (PSL-RJ) da cassação do mandato. Por 12 votos a 8, o colegiado aprovou o parecer do relator do processo, Fernando Rodolfo (PL-PE), impondo ao deputado uma pena de seis meses de suspensão, por quebra de decoro parlamentar. Em fevereiro, Silveira foi preso em flagrante após gravar e divulgar um vídeo com incitação de violência con-

tra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e exaltação ao AI-5, o Ato Institucional mais repressivo da ditadura militar (1964-1985).

O parlamentar fluminense, agora, tem prazo de cinco dias para recorrer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) contra a decisão do Conselho. Porém, seu advogado, Jean Cleber Garcia, satisfeito com o resultado da votação do colegiado, adiantou que não apresentará recurso. A última etapa do processo será a votação no plenário da Câmara, que poderá derrubar a decisão do Conselho.

O relator Fernando Rodolfo, em seu parecer, argumentou que, embora os atos de Silveira sejam condenáveis, não se pode cassar o mandato de um parlamentar em razão de suas declarações. "Seis meses talvez seja pouco, mas a perda do mandato, repito, considero uma medida muito extrema. Perder o mandato pelo que ele fala pode abrir um precedente", disse o relator.

Silveira foi preso em flagrante pela Polícia Federal em 16 de fevereiro, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), após

ter divulgado o vídeo com ataques aos membros da Corte.

Em 14 de março, o ministro concedeu habeas corpus para que o parlamentar deixasse o Batalhão Especial Prisional da Polícia Militar do Rio de Janeiro onde estava encarcerado, e passasse a cumprir prisão domiciliar. Porém, em 24 de junho, Silveira voltou a ser preso e conduzido ao mesmo batalhão da PM, a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que argumentou que o deputado desrespeitou o uso de tornozeleira eletrônica por 30 vezes.



## LOFTS

ASA SUL | SQS 414

RESIDENCIAL DARLAN ROSA



Perspectiva do Quarto - Apto tipo meio - final 02



Perspectiva da Sala - Apto tipo meio - final 04



Perspectiva do Quarto - Apto tipo canto - final 01

MUDE JÁ

VISITE O DECORADO

LOFTS

49 a 68 m<sup>2</sup>  
1 Vaga de garagem

COB. DUPLEX

152 a 179 m<sup>2</sup>  
2 Vagas de garagem

QUALIDADE

Próximo ao IESB Sítio-Libanês, clínicas e parque da Asa Sul

VANTAGENS

Excelentes condições de financiamento



ACESSE E SAIBA MAIS

INCORPORAÇÃO, CONSTRUÇÃO E VENDAS

**Paulo Octavio**

3326.2222

www.paulooctavio.com.br

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

**208/209 NORTE**

(Eixinho, ao lado do McDonald's)

**NOROESTE**

(CLNW 2/3)

**ÁGUAS CLARAS**

(Av. Araucárias)

**GUARÁ II**

(QI 33 Lote 2)